Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de Reais)

#### 1. Contexto operacional

# 1.1. Atividades das empresas do Grupo

A **Azevedo & Travassos S.A.** ("ATSA" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital aberto domiciliada no Brasil. O endereço registrado do escritório da Companhia é Rua Vicente Antônio de Oliveira, 1.050, São Paulo - SP.

As demonstrações contábeis da Companhia abrangem a Companhia e suas subsidiárias, conjuntamente referidas como "Grupo".

A controladora ATSA bem como as suas controladas Azevedo & Travassos Engenharia Ltda. ("ATE" ou "Empresa") e Azevedo & Travassos Infraestrutura Ltda. ("ATI") têm como atividades principais o planejamento e a execução de projetos e obras de engenharia civil, compra, venda e incorporação de imóveis, bem como participação em outras sociedades.

A Companhia negocia suas ações na B3 (antiga BM&FBOVESPA), sob as siglas AZEV3 (ON) e AZEV4 (PN).

# 1.2. Relação de entidades controladas e coligadas

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2020 incluem as operações da ATSA e das seguintes controladas, cuja participação percentual na data do balanço está assim resumida:

|   | 31/12/2020 |          | 31     | //12/2019       |
|---|------------|----------|--------|-----------------|
|   | %          | Controle | %      | Controle        |
| Azevedo & Travassos Engenharia Ltda.  | 100,00     | Direto   | 100,00 | Direto          |
| Azevedo & Travassos Infraestrutura Ltda.  | 100,00     | Direto   | 100,00 | Direto          |
| Consórcio Água Paraopeba  | 35,00      | Indireto | 35,00  | Indireto        |
| Azevedo & Travassos Desenvolvimento<br>Imobiliário - Projeto I Ltda. <sup>(i)</sup>       | -          | -        | 100,00 | Indireto        |
| Azevedo & Travassos Desenvolvimento<br>Imobiliário - Projeto II Ltda. <sup>(i)</sup>      | -          | -        | 100,00 | Indireto        |
| Azevedo & Travassos Desenvolvimento<br>Imobiliário - Projeto III SPE Ltda. <sup>(i)</sup> | -          | -        | 100,00 | Direto/indireto |

(i) Em dezembro de 2020, todas as empresas com a formatação de Sociedade de Propósito Específica (SPE) da ATSA e ATE, que são a Azevedo & Travassos Desenvolvimento Imobiliário - Projeto I Ltda., a Azevedo & Travassos Desenvolvimento Imobiliário - Projeto II Ltda. e a Azevedo & Travassos Desenvolvimento Imobiliário - Projeto III SPE Ltda. foram encerradas.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de Reais)

- Azevedo & Travassos Engenharia Ltda. ("ATE" ou "Empresa"): sociedade empresarial limitada com capital fechado e atuação nos segmentos de: (i) planejamento e execução de projetos, obras e serviços de engenharia civil, mecânica, hidráulica e elétrica, públicas ou privadas, por conta própria ou de terceiros, em qualquer das econômicas previstas modalidades em lei; (ii) importação, comercialização, exportação e industrialização; (iii) locação e transporte de equipamentos; (iv) perfuração e construção de poços em geral; (v) compra, venda e incorporação de imóveis; (vi) transporte de cargas; e, (vii) participação em outras sociedades como sócia - cotista ou acionista.:
- Azevedo & Travassos Infraestrutura Ltda. ("ATI" ou "Empresa"): sociedade empresarial limitada com capital fechado e atuação nos voltada ao atendimento de demanda de obras e serviços na área de infraestrutura, concessões e privatizações;
- Consórcio Água Paraopeba ("Consórcio"): foi criado com o objetivo de execução de montagem eletromecânica para implantação da nova captação e adução de água no Rio Paraopeba, de propriedade da COPASA e localizada no município de Brumadinho, Estado de Minas Gerais.

#### 1.3. Estratégia operacional

Em 31 de dezembro de 2020, o Grupo apresentou prejuízo de R\$36.869 (R\$ 35.783 em 2019), Capital Circulante Líquido (CCL) negativo de R\$117.981 (R\$ 197.061 em 2019) e patrimônio líquido negativo em R\$240.014 (R\$246.371 em 2019).

Estes números refletem as negociações e alinhamento dos passivos trabalhistas, tributários e cíveis da Companhia, que ao final de 2020, estavam em sua maioria negociados e refletidos nas demonstrações contábeis.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, como primeiro ano após a assunção do controle pela Rocket Empreendimentos e Participações S.A. ("Rocket"), foram adotadas inúmeras medidas que estão colocando a Companhia em novo rumo e num novo ciclo de crescimento e fortalecimento, reposicionando-se no mercado mediante a catalisação de sua reestruturação financeira e operacional.

O Grupo tem utilizado diversas estratégias operacionais para melhoria do seu fluxo de caixa e retomada da sua lucratividade. As principais medidas são:

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de Reais)

- (i) Ao longo de 2020, a Rocket e a Companhia celebraram contrato de mútuo e respectivos aditivos (sendo o último de 05/10/2020, conforme detalhado no Comunicado ao Mercado de mesma data), através dos quais a Rocket disponibilizou à Companhia uma quantia de até R\$8.000, sendo que o valor efetivamente tomado foi convertido em capital social durante Aumento de Capital homologado pela Companhia em dezembro de 2020;
- (ii) Em 01/12/2020, a Rocket disponibilizou nova linha de crédito para a Companhia no valor de R\$5.000, conforme detalhado no Comunicado ao Mercado de 11/12/2020;
- (iii) A Companhia segue buscando, com o apoio da Rocket, alternativas de mercado para financiamento de seu capital de giro de curto e médio prazo, especialmente aquele necessário para suportar as demandas de caixa das obras:
- (iv) Gerenciar as adversidades decorrentes da Pandemia do novo Coronavirus (COVID-19), tomando medidas para conter o avanço da mesma entre seus colaboradores;
- (v) Persistir na racionalização de sua estrutura organizacional, com ênfase na agilidade de implantações de medidas estratégicas por parte da alta Administração e na redução de custos, se adequando ao atual patamar de faturamento tendo em vista o crescimento do mercado no curto prazo;
- (vi) Continuar seu trabalho de alongamento de seus passivos para adequá-los a um perfil de médio e longo prazo para que sejam pagos com recursos oriundos do faturamento de serviços, capitalizações e da desmobilização de ativos;
- (vii) Executar as obras que estão contratadas e a serem contratadas dentro das margens orçadas;
- (viii) Redobrar o esforço da Diretoria Comercial em obter novos contratos, que permitam voltar à receita bruta consolidada aos patamares anteriores;
- (ix) Prosseguir com a ação de cobrança ajuizada para receber os créditos referentes a serviços realizados e não pagos pelo Metrô nos contratos da Ciclovia e Estações da Linha 15 Prata;
- (x) Prosseguir com as tratativas administrativas visando receber os créditos referentes ao saldo da PMSP (visto uma parte ter sido recebida em 2020);
- (xi) Permanecer no Programa de Recuperação Fiscal ("REFIS") instituído pela Lei nº 9.964/2000;
- (xii) Prosseguir com ação de cobrança ajuizada contra o Departamento de Estradas de Rodagem (DER), objetivando a cobrança de créditos decorrentes de contrato celebrado:

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de Reais)

- (xiii) Prosseguir com as ações ajuizadas, atualmente, no Tribunal Regional Federal da Terceira Região, objetivando a exclusão do ISS da base de cálculo do PIS e da Cofins. Referidas ações foram sobrestadas até julgamento do Supremo Tribunal Federal STF RE 592.616/RS;
- (xiv) Prosseguir com ação judicial objetivando a exclusão da Contribuição Previdenciária sobre Receita Bruta (CPRB) da base de cálculo das contribuições ao PIS e à COFINS, tendo em vista o julgamento do STF que concluiu pela exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS;
- (xv) Prosseguir com as ações ajuizadas objetivando afastar a exigência das contribuições a terceiros (SESI, SENAI, SEBRAE ao INCRA e ao FNDE), em limite superior ao estabelecido pelo artigo 4°, parágrafo único, da Lei n° 6.950/81 (20 salários-mínimos vigentes);
- (xvi) Prosseguir com as ações ajuizadas em nome da ATINFRA objetivando: (i) afastar a exigência das contribuições a terceiros (SESI, SENAI, SEBRAE ao INCRA e ao FNDE), em limite superior ao estabelecido pelo artigo 4°, parágrafo único, da Lei n° 6.950/81 (20 salários-mínimos vigentes); (ii) a exclusão do ISSQN da base de cálculo das contribuições ao PIS e à COFINS; (iii) a exclusão do ISS na base de cálculo da CPRB; (iv) a exclusão das contribuições ao PIS e à COFINS de suas próprias bases de cálculo; e
- (xvii) Manter em dia os principais acordos trabalhistas, quais sejam: (a) PPLE; (b) Sindicato I; e (c) Sindicato II; conforme detalhados nas notas explicativas 27.3, 27.4 e 27.5.

Adicionalmente, o Relatório da Administração complementa estas Notas Explicativas sobre a estratégia operacional do Grupo.

# Base de apresentação e elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

# 2.1. Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC e IFRS)

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as práticas incluídas na legislação societária Brasileira e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro - International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de Reais)

Estas demonstrações contábeis evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente essas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração da sua gestão.

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas da ATSA para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foram autorizadas para emissão e divulgação, de acordo com a aprovação dos membros do Conselho de Administração da Companhia, em 31 de março de 2021.

# 2.2. Demonstrações do Valor Adicionado (DVA)

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às companhias abertas.

As normas internacionais de relatório financeiro ("IFRS") não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

# 2.3. Demonstrações dos Fluxos de Caixa (DFC)

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão sendo apresentadas de acordo com o pronunciamento CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa (IAS 7).

#### 2.4. Base de consolidação

As demonstrações contábeis consolidadas incluem as demonstrações contábeis da Azevedo & Travassos S.A. ("ATSA") e de suas controladas Azevedo & Travassos Engenharia Ltda. ("ATE") e Azevedo & Travassos Infraestrutura Ltda. ("ATI").

O controle sobre essas empresas é obtido quando a Companhia tem o poder de controlar suas políticas financeiras e operacionais e tem a capacidade para auferir benefícios e estar exposta aos riscos de suas atividades. As controladas são integralmente consolidadas a partir da data de aquisição, sendo esta a data na qual a Empresa obtém controle, e continuam a ser consolidadas até a data em que o controle deixe de existir.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de Reais)

As práticas contábeis foram aplicadas de maneira uniforme em todas as controladas incluídas nas demonstrações contábeis consolidadas, consistentes com aquelas utilizadas no exercício anterior, e o exercício social dessas empresas coincide com o da Empresa.

Os saldos de ativos e passivos e as receitas e despesas e ganhos e perdas não realizados, oriundos de transações entre partes relacionadas, são eliminados por completo, quando aplicável. Uma mudança na participação sobre uma controlada que não resulta em perda de controle é contabilizada como uma transação entre acionistas, no patrimônio líquido.

O resultado do exercício e cada componente dos outros resultados abrangentes, reconhecidos diretamente no patrimônio líquido, são atribuídos aos proprietários da controladora e à participação dos não controladores. Perdas são atribuídas à participação de não controladores, mesmo que resultem em um saldo negativo.

# 2.5. Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis de cada uma das empresas do Grupo são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual o Grupo atua ("a moeda funcional").

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão apresentadas em R\$ (Reais), que é a moeda funcional do Grupo e, também, a moeda funcional das demais controladas. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

#### 3. Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação e apresentação destas demonstrações contábeis estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário:

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

#### 3.1. Caixa e equivalentes de caixa

São representados por fundo fixo de caixa, recursos em contas bancárias de livre movimentação e por aplicações financeiras cujos saldos não diferem significativamente dos valores de mercado, com até 90 dias da data da aplicação ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

#### 3.2. Instrumentos financeiros

#### 3.2.1. Ativos financeiros

# Reconhecimento e mensuração

O contas a receber de clientes são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando o Grupo se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado (VJR), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes é mensurado inicialmente ao preço da operação.

#### Classificação e mensuração subsequente

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado ao custo amortizado ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que o Grupo mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de Reais)

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, o Grupo pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

| Ativos financeiros a VJR              | Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado.   |
|---------------------------------------|--|
| Ativos financeiros a custo amortizado | Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. |

#### Desreconhecimento

O Grupo desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando o Grupo transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual o Grupo nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

#### 3.2.2. Passivos financeiros

#### Classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de Reais)

A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

#### Desreconhecimento

O Grupo desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. O Grupo também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

### Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, o Grupo tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

#### 3.3. Estoques de mercadorias e terrenos

Os estoques estão demonstrados pelo menor valor entre o custo médio de aquisição e os valores de reposição ou realização. Quando aplicável, é constituída uma estimativa de perdas de estoques obsoletos ou de baixa movimentação.

Os estoques de terrenos são avaliados ao custo de aquisição, ou valor de realização, dos dois o menor.

O valor líquido realizável corresponde ao preço de venda estimado dos estoques, deduzido de todos os custos estimados para conclusão e custos necessários para realizar a venda.

#### 3.4. Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição, formação ou construção, deduzidos das depreciações e perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

São registrados como parte dos custos das imobilizações em andamento os honorários profissionais e, no caso de ativos qualificáveis, os custos de empréstimos capitalizados de acordo com a política contábil da Companhia e suas controladas.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de Reais)

Tais imobilizações são classificadas nas categorias adequadas do imobilizado quando concluídas e prontas para o uso pretendido. A depreciação desses ativos inicia-se quando eles estão prontos para o uso pretendido na mesma base dos outros ativos imobilizados.

A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado (exceto para terrenos e construções em andamento). A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados no fim da data do balanço patrimonial e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Ativos mantidos por meio de arrendamento financeiro são depreciados pela vida útil esperada da mesma forma que os ativos próprios ou por um período inferior, se aplicável, conforme termos do contrato de arrendamento em questão.

Um item de imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas resultantes na venda ou baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo for baixado.

#### 3.5. Ativo intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável.

Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados de acordo com sua vida útil econômica estimada e, quando são identificadas indicações de perda de seu valor recuperável, submetidos a teste para análise de perda no seu valor recuperável.

#### 3.6. Investimentos e base de consolidação

As demonstrações contábeis consolidadas incluem as demonstrações contábeis da Companhia e de entidades controladas diretamente pela Companhia ou indiretamente através de suas controladas. O controle é obtido quando a Companhia:

Tem poder sobre a investida;

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de Reais)

- Está exposta, ou tem direito, a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida;
- Tem a capacidade de usar esse poder para afetar seus retornos.

A Companhia reavalia se retém ou não o controle de uma investida se fatos e circunstâncias indicarem a ocorrência de alterações em um ou mais de um dos três elementos de controle relacionados anteriormente.

Quando a Companhia não detém a maioria dos direitos de voto em uma investida, ela terá o poder sobre a investida quando os direitos de voto forem suficientes para capacitá-la na prática a conduzir as atividades relevantes da investida de forma unilateral. Ao avaliar se os direitos de voto da Companhia em uma investida são suficientes para lhe conferirem poder, a Companhia considera todos os fatos e circunstâncias relevantes, incluindo:

- A dimensão da participação da Companhia em termos de direitos de voto em relação à dimensão e dispersão das participações dos outros detentores de direitos de voto;
- Direitos de voto em potencial detidos pela Companhia, por outros detentores de direitos de voto ou por outras partes;
- Direitos decorrentes de outros acordos contratuais;
- Quaisquer fatos e circunstâncias adicionais que indiquem que a Companhia tem, ou não tem, a capacidade de conduzir as atividades relevantes no momento em que as decisões precisam ser tomadas, incluindo padrões de votação em assembleias anteriores.

A consolidação de uma controlada começa quando a Companhia obtém o controle sobre a controlada e termina quando a Companhia perde o controle sobre a controlada. Especificamente, as receitas e despesas de uma controlada adquirida ou alienada durante o exercício são incluídas na demonstração do resultado e outros resultados abrangentes a partir da data em que a Companhia obtém o controle até a data em que a Companhia deixa de controlar a controlada.

O resultado e cada componente de outros resultados abrangentes são atribuídos aos proprietários da Companhia e às participações não controladoras. O resultado abrangente total das controladas é atribuído aos proprietários da Companhia e às participações não controladoras, mesmo se isso gerar saldo negativo para as participações não controladoras.

Quando necessário, as demonstrações contábeis das controladas são ajustadas para adequar suas políticas contábeis àquelas estabelecidas pelo Grupo.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de Reais)

Todas as transações, saldos, receitas e despesas entre as entidades do Grupo são eliminados integralmente nas demonstrações contábeis consolidadas.

Nas demonstrações contábeis individuais da Companhia as informações contábeis das controladas e dos empreendimentos controlados em conjunto são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

# 3.7. Imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto sobre a renda está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto sobre a renda é calculada individualmente por cada entidade do Grupo com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício.

Algumas investidas são tributadas pelo lucro presumido. Qualificam-se para o regime de lucro presumido as sociedades cuja receita bruta total, no ano-calendário anterior, tenha sido igual ou inferior a R\$78.000. No regime de lucro presumido, a base de cálculo do imposto de renda é calculada à razão de 8% e da contribuição social à razão de 12% sobre as receitas brutas de venda de imóveis e 32% sobre as receitas de prestação de serviços para ambos os tributos.

# 3.8. Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto sobre a renda diferido ("imposto diferido") é reconhecido sobre as diferenças temporárias no final de cada exercício entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações contábeis e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais e base negativa, quando aplicável.

Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. Os impostos diferidos ativos ou passivos não são reconhecidos sobre diferenças temporárias resultantes de ágio ou de reconhecimento inicial (exceto para combinação de negócios, se aplicável) de outros ativos e passivos em uma transação que não afete o lucro tributável, nem o lucro contábil.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de Reais)

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada exercício e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada.

Os impostos diferidos ativos e passivos são compensados, considerando a apuração por entidade, apenas quando há o direito legal de compensar o ativo fiscal corrente com o passivo fiscal corrente e quando eles estão relacionados aos impostos administrados pela mesma autoridade fiscal e o Grupo pretende liquidar o valor líquido dos seus ativos e passivos fiscais correntes.

# 3.9. Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e de suas controladas e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidálo, e demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial.

#### 3.10. Ativos, passivos contingentes e obrigações legais

As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são as seguintes:

- (i) Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa;
- (ii) Passivos contingentes são provisionados, quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de Reais)

Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados e nem divulgados;

(iii) Obrigações legais são registradas como exigíveis, independente da avaliação sobre as probabilidades de êxito, de processos em que a Companhia questionou a inconstitucionalidade de tributos.

#### 3.11. Distinção entre ativos e passivos circulantes e não circulantes

A distinção entre circulante e não circulante é baseada no ciclo operacional ou de ativos realizados e passivos liquidados dentro desse mesmo ciclo. A norma define o ciclo operacional como o tempo entre a aquisição dos ativos que circulam continuamente (capital de giro) e sua realização em caixa. A Companhia e suas controladas adotam o prazo de 12 meses como ciclo operacional.

### 3.12. Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia, quando aplicável, é reconhecida como um passivo nas demonstrações contábeis ao final do exercício, com base no dividendo mínimo definido no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral.

#### 3.13. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são ajustados pelo seu valor presente, e os de curto prazo, somente quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

O ajuste ao valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de Reais)

#### 3.14. Reconhecimento da receita

# Contratos de construção qualificados e classificados como serviços de construção

A receita do contrato compreende o valor inicial acordado no contrato acrescido de variações decorrentes de solicitações adicionais e os pagamentos de incentivos contratuais, na condição em que seja provável que elas resultem em receita e possam ser mensuradas de forma confiável. Tão logo o resultado de um contrato de construção possa ser estimado de maneira confiável, a receita do contrato é reconhecida no resultado na medida do estágio de conclusão do contrato. Despesas de contrato são reconhecidas quando incorridas, a menos que elas criem um ativo relacionado à atividade do contrato futuro.

O estágio de conclusão é avaliado pela referência física ou financeira dos trabalhos realizados. O critério a ser adotado depende dos termos de cada contrato e de todos os fatos e circunstâncias relacionadas. Quando o resultado de um contrato de construção não pode ser medido de maneira confiável, a receita do contrato é reconhecida até o limite dos custos reconhecidos na condição de que os custos incorridos possam ser recuperados. Perdas em um contrato são reconhecidas imediatamente no resultado.

#### 4. Estimativas e premissas contábeis significativas

Na aplicação das práticas contábeis, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas.

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas este período ou também em períodos posteriores, se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros. A seguir são apresentados os principais julgamentos e estimativas contábeis:

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de Reais)

#### 4.1. Reconhecimento das receitas

As receitas e as despesas das operações são apuradas em conformidade com o regime contábil de competência de exercício, levando em consideração o registro das receitas de serviços prestados, de acordo com o estágio de conclusão do contrato, tendo como base a acumulação dos custos de construção incorridos apurados pelo regime de competência.

# 4.2. Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos, como descrito na Nota explicativa 20. Provisões são constituídas para todos os riscos referentes aos processos judiciais que representam perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados interno e externos. A Administração acredita que essas provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão corretamente apresentadas nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

# 4.3. Vida útil dos bens do imobilizado e intangível

Quando existe a necessidade, a Companhia revisa a vida útil estimada, valor residual e método de depreciação ou amortização dos bens do imobilizado e intangível no final de cada período de relatório.

# 4.4. Perda esperada para créditos de liquidação duvidosa

A perda esperada para créditos de liquidação duvidosa é constituída para levar as contas a receber de clientes ao seu valor de recuperação com base na análise individual dos créditos existentes. A Companhia adota o critério de provisionar a totalidade dos créditos considerados de difícil realização, e reconhecem imediatamente como perda no resultado aqueles considerados como incobráveis.

#### 4.5. Valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido em mercado de ativos, o mesmo é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método do fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível; contudo, quando isso não for viável, julgamento é requerido para estabelecer o valor justo.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de Reais)

O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, taxa de juros, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

#### 4.6. Impostos

Existem incertezas em relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. O Grupo está sujeito, no curso normal dos nossos negócios, a investigações, auditorias, processos judiciais e procedimentos administrativos em matérias tributária e trabalhista. Dependendo do objeto das investigações, processos judiciais ou procedimentos administrativos que seja movido contra a Empresa, esta pode ser adversamente afetados, independentemente do respectivo resultado final.

# 5. Novos pronunciamentos técnicos adotados

#### 5.1. Pronunciamentos contábeis e interpretações emitidas recentemente

As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB e entraram em vigor a partir de 1° de janeiro de 2020.

#### Estrutura conceitual

Em março de 2018, o IASB emitiu a revisão da Estrutura Conceitual para Relatórios Financeiros, substituindo a versão anterior, emitida em 2010.

As principais mudanças foram:

- Aumento da proeminência da gestão no objetivo da preparação de relatórios financeiros;
- Restabelecimento da prudência como um componente de neutralidade;
- Definição de entidade;
- Revisão das definições de ativo e passivo;
- Remoção do parâmetro de probabilidade para reconhecimento e inclusão de orientações sobre desreconhecimento;
- Inclusão de orientações sobre bases diferentes de mensuração; e
- Afirmação de que o resultado é o principal indicador de desempenho e que, em princípio, as receitas e despesas em outros resultados abrangentes deveriam ser reciclados quando isso aprimorar a relevância ou a apresentação fiel das demonstrações contábeis.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de Reais)

Nenhuma mudança será feita nas normas atuais. Contudo, as entidades que utilizarem a Estrutura Conceitual para determinar suas políticas contábeis para transações, eventos ou condições que não sejam abordados por nenhuma norma específica deverão aplicar a Estrutura Conceitual revisada a partir de 1º de janeiro de 2020. As entidades devem considerar se suas políticas contábeis continuam adequadas de acordo com a Estrutura Conceitual revisada.

# <u>Alterações ao IAS 1 "Presentation of Financial Statements" e IAS 8</u> "Accounting Policies, Changes in Accounting Estimates and Errors"

Em outubro de 2018, o IASB emitiu a definição de "material" e fez alterações pertinentes no IAS 1 e IAS 8, cuja versão revisada possui data efetiva de aplicação a partir de 1° de janeiro de 2020. A definição de "material" ajuda as entidades a determinarem se as informações sobre um item, transação ou um outro evento qualquer, devem ser fornecidas aos usuários das demonstrações contábeis. No entanto, nem sempre essa definição é objetiva, sendo necessário fazer julgamentos sobre a materialidade na preparação das demonstrações contábeis. As alterações efetuadas alinham a redação da definição de material em todas as normas do IFRS, incluindo a Estrutura Conceitual.

# Alterações ao IFRS 3 "Business Combinations"

Em outubro de 2018, o IASB emitiu alteração ao IFRS 3 sobre a definição de "negócio", que possui data efetiva a partir de 1º de janeiro de 2020. A alteração efetuada (i) confirma que um negócio deve incluir inputs e processos relevantes, que em conjunto contribuem de forma significativa para a criação de outputs; (ii) disponibiliza teste que auxilia na análise sobre se uma empresa adquiriu um grupo de ativos e não um negócio; e (iii) estreita as definições de outputs, cujo foco passa a ser geração de retorno por meio de produtos fornecidos e serviços prestados a clientes, excluindo geração de retornos sob a forma de redução de custos e outros benefícios econômicos.

# Revisão do Pronunciamento Técnico CPC 06 (R2) - Arrendamentos

Em maio de 2020, o IASB emitiu alterações à IFRS 16 - Arrendamentos referentes às concessões concedidas por arrendadores aos arrendatários em contratos de arrendamento em decorrência dos efeitos da redução da atividade econômica causados pela Covid-19. Em 7 de julho de 2020, a CVM, através da Deliberação nº 859/20, aprovou alterações no Pronunciamento Técnico CPC 06 (R2) - Arrendamentos, correlacionada com a IFRS em questão. A referida Deliberação aplica-se aos exercícios iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2020.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de Reais)

Como expediente prático, o arrendatário pode optar por não avaliar se um benefício concedido em um contrato de arrendamento, relacionado ao Covid-19, é uma modificação do contrato de arrendamento e, assim, contabilizar as mudanças resultantes nos pagamentos de arrendamento no resultado do exercício.

O Grupo adotou, a partir de 1° de janeiro de 2020, a interpretação técnica, porém, sem efeitos relevantes nestas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

#### 5.2. Pronunciamentos contábeis e interpretações emitidas recentemente

As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2020. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

# Alterações ao IFRS 9, IAS 39 e IFRS 7 "Instrumentos Financeiros", IFRS 4 "Contratos de Seguro" e IFRS 16 "Arrendamentos"

As alterações previstas na Fase 2 da reforma IBOR abordam questões que podem afetar as demonstrações contábeis durante a reforma de uma taxa de juros de referência, incluindo os efeitos das mudanças nos fluxos de caixa contratuais ou relações de hedge decorrentes da substituição de uma taxa por uma taxa de referência alternativa (questões de substituição). A data efetiva de aplicação dessa alteração é 1º de janeiro de 2021. Os contratos do Grupo vinculados a LIBOR estão sendo revistos entre as partes e serão atualizados pelas respectivas taxas alternativas divulgadas, acrescidas de spread. A administração estima que os fluxos de caixa atualizados serão economicamente equivalentes aos originais, e não tem expectativa de impactos materiais relacionados a essa substituição.

# Alteração ao IAS 16 "Ativo Imobilizado"

Em maio de 2020, o IASB emitiu uma alteração que proíbe uma entidade de deduzir do custo do imobilizado os valores recebidos da venda de itens produzidos enquanto o ativo estiver sendo preparado para seu uso pretendido. Tais receitas e custos relacionados devem ser reconhecidos no resultado do exercício. A data efetiva de aplicação dessa alteração é 1º de janeiro de 2022.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

# Alteração ao IAS 37 "Provisão, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes"

Em maio de 2020, o IASB emitiu essa alteração para esclarecer que, para fins de avaliar se um contrato é oneroso, o custo de cumprimento do contrato inclui os custos incrementais de cumprimento desse contrato e uma alocação de outros custos que se relacionam diretamente ao cumprimento dele. A data efetiva de aplicação dessa alteração é 1° de janeiro de 2022.

# Alteração ao IFRS 3 "Combinação de Negócios"

Emitida em maio de 2020, com o objetivo de substituir as referências da versão antiga da estrutura conceitual para a mais recente. A alteração ao IFRS 3 tem vigência de aplicação a partir de 1° de janeiro de 2022.

# <u>Aprimoramentos anuais - ciclo 2018-2020</u>

Em maio de 2020, o IASB emitiu as seguintes alterações como parte do processo de melhoria anual, aplicáveis a partir de 1° de janeiro de 2022:

- IFRS 9 "Instrumentos Financeiros" esclarece quais taxas devem ser incluídas no teste de 10% para a baixa de passivos financeiros.
- IFRS 16 "Arrendamentos" alteração do exemplo 13 a fim de excluir o exemplo de pagamentos do arrendador relacionados a melhorias no imóvel arrendado.
- IFRS 1 "Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatórios Financeiros" - simplifica a aplicação da referida norma por uma subsidiária que adote o IFRS pela primeira vez após a sua controladora, em relação à mensuração do montante acumulado de variações cambiais.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações contábeis do Grupo.

#### 6. Caixa e equivalentes de caixa

|                        | Control               | Controladora |            | lidado     |
|------------------------|-----------------------|--------------|------------|------------|
|                        | 31/12/2020 31/12/2019 |              | 31/12/2020 | 31/12/2019 |
| Caixa                  | -                     |              | 2          | 9          |
| Banco conta movimento  | 4.426                 | -            | 4.431      | 33         |
| Aplicações financeiras | -                     | -            | 150        | 4          |
|                        | 4.426                 |              | 4.583      | 46         |

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

O saldo de caixa e bancos compreendem os depósitos em conta corrente disponíveis para uso imediato e os referidos saldos decorrem da estratégia e do fluxo normal das operações do Grupo.

#### 7. Clientes

A rubrica é representada por clientes nacionais, sendo medições a faturar o registro das receitas auferidas pelos serviços prestados pela Companhia, com base nas medições realizadas durante a execução das obras.

|   | Controladora |            | Conso      | lidado     |
|---|--------------|------------|------------|------------|
|   | 31/12/2020   | 31/12/2019 | 31/12/2020 | 31/12/2019 |
| Contas a receber<br>Serviços e locações executados<br>e não faturados | -            | -          | 2.087      | 244        |
|   | 11           | 32         | 273        | 234        |
|   | 11           | 32         | 2.360      | 478        |

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a Administração da Companhia, após análise dos créditos em aberto, entendeu que não há necessidade de constituição de provisão da Perda Esperada para Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD).

A composição consolidada dos clientes a receber está demonstrada a seguir:

|                        | Controla   | adora      | Consolidado |            |  |
|------------------------|------------|------------|-------------|------------|--|
|                        | 31/12/2020 | 31/12/2019 | 31/12/2020  | 31/12/2019 |  |
| A vencer               | 11         | 32         | 597         | 268        |  |
| Vencidas               |            |            |             |            |  |
| 1 a 60 dias            | -          | -          | 301         | 70         |  |
| 61 a 180 dias          | -          | -          | 618         | 28         |  |
| Acima de 180 dias      |            |            | 844         | 112        |  |
| Total contas a receber | 11         | 32         | 2.360       | 478        |  |

#### 8. Estoques

|   | Control              | adora | Consolidado |            |  |
|---|----------------------|-------|-------------|------------|--|
|   | 31/12/2020 31/12/201 |       | 31/12/2020  | 31/12/2019 |  |
| Material de construção e peças<br>de manutenção | 29                   | 44    | 959         | 1.192      |  |
|   | 29                   | 44    | 959         | 1.192      |  |

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de Reais)

# 9. Estoques de terrenos

Os terrenos adquiridos para comercialização são inicialmente reconhecidos pelos custos de aquisição (custo histórico) e posteriormente mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido.

|   | Control    | adora      | Consolidado |            |  |
|---|------------|------------|-------------|------------|--|
|   | 31/12/2020 | 31/12/2019 | 31/12/2020  | 31/12/2019 |  |
| Azevedo & Travassos S.A.<br>Azevedo & Travassos<br>Infraestrutura Ltda. | 4.215      | 4.215      | 4.215       | 4.215      |  |
|   | -          | -          | 18.301      | 18.301     |  |
| miraestratara zeda.   | 4.215      | 4.215      | 22.516      | 22.516     |  |
| Circulante  | -          | -          | 18.301      | 18.301     |  |
| Não circulante  | 4.215      | 4.215      | 4.215       | 4.215      |  |

A seguir estão demonstrados os detalhes e metragens dos terrenos:

|  |        | Consolidado |            |  |
|--|--------|-------------|------------|--|
|  | $M^2$  | 31/12/2020  | 31/12/2019 |  |
| Azevedo & Travassos S.A.                 |        |             |            |  |
| Lote 7 (i) (iv)                          | 18.144 | 2.204       | 2.204      |  |
| Lote 8 (i) (iv)                          | 17.207 | 2.011       | 2.011      |  |
|  | 58.350 | 4.215       | 4.215      |  |
| Azevedo & Travassos Infraestrutura Ltda. |        |             |            |  |
| Lote Elísio (ii) (iv)                    | 22.999 | 9.835       | 9.835      |  |
| Lote 3 (iii)                             | 5.465  | 3.165       | 3.165      |  |
| Lote 4 (iii)                             | 4.343  | 2.851       | 2.851      |  |
| Lote 5 (iii)                             | 1.348  | 1.139       | 1.139      |  |
| Lote 6                                   | 1.536  | 1.311       | 1.311      |  |
|  | 35.691 | 18.301      | 18.301     |  |
| Total                                    | 94.041 | 22.516      | 22.516     |  |

- (i) Em virtude de ainda não se ter uma previsão de concretização da venda dos lotes 7 e 8, os valores estão contabilizados no ativo não circulante.
- (ii) Em 30 de dezembro de 2019, a Controladora ATSA subscreveu e integralizou o capital social da subsidiária ATI mediante a conferência do terreno situado na Av. Elísio Teixeira Leite, atribuindo o valor de R\$9.835, correspondente ao valor referência atribuído pela Prefeitura Municipal de São Paulo em 27 de dezembro de 2019.
- (iii) Em 31 de dezembro de 2020, devido a restrições, os lotes 3, 4 e 5 foram dados em garantia ao empréstimo do Banco Brasil (vide Nota Explicativa nº 15).
- (iv) Em 31 de dezembro de 2020, os lotes 7, 8 e Elísio estão arrolados no REFIS Federal Lei nº 9.964/2000 (vide Nota Explicativa 18.1).

Em caso de venda de algum dos terrenos a Administração avaliará outras garantias aceitas em processos semelhantes.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de Reais)

#### 10. Outras contas a receber

|                               | Control               | adora       | Consolidado    |               |  |
|-------------------------------|-----------------------|-------------|----------------|---------------|--|
|                               | 31/12/2020 31/12/2019 |             | 31/12/2020     | 31/12/2019    |  |
| Partes relacionadas (Nota 14) | 34.202                | 2.019       | -              | -             |  |
| Depósito judicial             | 1.287                 | 1.314       | 3.930          | 4.049         |  |
| Cessão precatório             | -                     | 104         | -              | 104           |  |
| Caução                        | -                     | 2           | -              | 38            |  |
| Venda de ativo fixo           | 31                    | -           | 1.127          | 720           |  |
| Outras contas a receber       | 1.558                 | -           | 9.838          | 7.639         |  |
|                               | 37.078                | 3.439       | 14.895         | 12.550        |  |
| Circulante<br>Não circulante  | 89<br>36.989          | 36<br>3.403 | 9.466<br>5.429 | 909<br>11.641 |  |

#### 11. Investimentos

Os investimentos permanentes estão enquadrados como controladas com influência significativa e, portanto, são avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

# (a) Composição dos investimentos

|  | Controladora        |                     |  |
|--|---------------------|---------------------|--|
|  | 31/12/2020          | 31/12/2019          |  |
| Azevedo & Travassos Engenharia Ltda.                                       | (211.705)           | (190.842)           |  |
| Azevedo & Travassos Infraestrutura Ltda.                                   | 19.196              | 18.618              |  |
| Azevedo & Travassos Desenvolvimento Imobiliário<br>- Projeto III SPE Ltda. | -                   | 3.274               |  |
| Total investimento   | (192.509)           | (168.950)           |  |
| Ativo não circulante<br>Passivo não circulante                             | 19.196<br>(211.705) | 21.892<br>(190.842) |  |

# (b) Contexto operacional das empresas investidas

#### Azevedo & Travassos Engenharia Ltda.

A Azevedo & Travassos Engenharia Ltda. ("ATE"), sociedade empresarial do tipo limitada com capital fechado, com sede em São Paulo, Estado de São Paulo, localizada na Rua Vicente Antônio de Oliveira, 1.050, Vila Mirante, e cujo objeto social é o de (i) planejamento e execução de projetos, obras e serviços de engenharia civil, mecânica, hidráulica e elétrica, públicas ou privadas, por conta própria ou de terceiros, em qualquer das modalidades econômicas previstas em lei; (ii) importação, comercialização, exportação e industrialização; (iii) locação e transporte de equipamentos; (iv) perfuração e construção de poços em geral; (v) compra, venda e incorporação de imóveis; (vi) transporte de cargas; e, (vii) participação em outras sociedades como sócia - cotista ou acionista.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de Reais)

O capital social, subscrito e integralizado da Azevedo & Travassos Engenharia Ltda. é composto, em 31 de dezembro de 2020, de 16.410.500 cotas.

#### Azevedo & Travassos Infraestrutura Ltda.

A Azevedo & Travassos Infraestrutura Ltda. ("ATI"), sociedade empresarial do tipo limitada com capital fechado, com sede em São Paulo, Estado de São Paulo, localizada na Rua Vicente Antônio de Oliveira, 1.050, Vila Mirante, e cujo objeto social é o de (i) planejamento execução de projetos, obras, serviços de construção civil, engenharia civil mecânica, sob origem de empreitada administração ou outros admitidos; (ii) instalações técnicas de engenharia civil, montagens industriais consultoria, planejamento assessoria estudos técnicos nas especialidades de engenharia civil mecânica; (iii) compra, venda, incorporação de imóveis; (iv) prática de outras atividades econômicas, conexas ou decorrentes das atividades referidas nas alíneas anteriores, inclusive as de locação compra venda de equipamentos, importação e exportação; e (v) participação em outras sociedades como sócia cotista ou acionista.

O capital social, subscrito e integralizado da Azevedo & Travassos Infraestrutura Ltda. é composto, em 31 de dezembro de 2020, de 8.330.983 cotas.

#### (c) Movimento dos investimentos

|   | Controladora |              |                |                     |  |
|---|--------------|--------------|----------------|---------------------|--|
|   | ATE          | ATI          | ATD III        | Total               |  |
| Saldo final em 31/12/2018   | (150,504)    | 8.516        | 3.288          | (138.700)           |  |
| Resultado de equivalência patrimonial<br>Aumento de capital com terreno       | (40.338)     | 267<br>9.835 | (14)           | (40.085)<br>9.835   |  |
| Saldo final em 31/12/2019   | (190.842)    | 18.618       | 3.274          | (168.950)           |  |
| Resultado de equivalência patrimonial<br>Baixa de investimento por dissolução | (20.525)     | 578<br>-     | 306<br>(3.580) | (19.641)<br>(3.580) |  |
| Saldo final em 31/12/2020   | (211.367)    | 19.196       |                | (192.171)           |  |

#### (d) Informações sobre as empresas investidas:

|                                       | A          | ATE        |            | ATI        |            | ATD-III    |  |
|---------------------------------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|--|
|                                       | 31/12/2020 | 31/12/2019 | 31/12/2020 | 31/12/2019 | 31/12/2020 | 31/12/2019 |  |
| Participação                          | 100,00%    | 100,00%    | 100,00%    | 100,00%    | -          | 99,95%     |  |
| Ativo                                 | 15.178     | 19.141     | 24.910     | 19.650     | -          | 3.579      |  |
| Passivo                               | 226.883    | 209.983    | 5.714      | 1.032      | -          | 303        |  |
| Patrimônio líquido                    | (211.705)  | (190.842)  | 19.196     | 18.618     | -          | 3.276      |  |
| Lucro/(prejuízo) do exercício/período | (20.863)   | (40.338)   | 578        | 265        | 306        | (14)       |  |

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de Reais)

# 12. Imobilizado

Os saldos e movimentações ocorridas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 estão demonstrados abaixo:

|  |                             |                            |          |        |          |                            | Controladora |
|--|-----------------------------|----------------------------|----------|--------|----------|----------------------------|--------------|
| Descrição  | Edifícios e<br>benfeitorias | Máquinas e<br>equipamentos | Veículos | Outros | Terrenos | Reavaliação<br>de terrenos | Total        |
| Custo:   |                             |                            |          |        | _        |                            |              |
| Saldo em 31/12/2018                                  | 6.507                       | 733                        |          | 521    | 522      | 7.815                      | 16.098       |
| Adições  |                             | -                          | -        | -      | -        | -                          | -            |
| Transferência  | -                           | -                          | -        | -      | -        | -                          | -            |
| Saldo em 31/12/2019                                  | 6.507                       | 733                        |          | 521    | 522      | 7.815                      | 16.098       |
| Adições  | <del></del>                 | 9                          | -        | -      |          | -                          | 9            |
| Baixa  | -                           | (733)                      | =        | (210)  | -        | -                          | (943)        |
| Saldo em 31/12/2020                                  | 6.507                       | 9                          |          | 311    | 522      | 7.815                      | 15.164       |
|  |                             |                            |          |        |          |                            |              |
| Depreciação acumulada:                               |                             |                            |          |        |          |                            |              |
| Percentual de depreciação / ano                      | 4%                          | 10%                        | 10%      | 10%    |          |                            |              |
| Saldo em 31/12/2018                                  | (2.377)                     | (660)                      |          | (344)  |          | (739)                      | (4.120)      |
| Despesa de depreciação no exercício<br>Transferência | (259)                       | <del>-</del>               | -        | (38)   | -        | (59)                       | (356)        |
| Saldo em 31/12/2019                                  | (2.636)                     | (660)                      |          | (382)  | -        | (798)                      | (4.476)      |
| Despesa de depreciação no exercício                  | (262)                       | -                          | -        | (36)   |          | (58)                       | (356)        |
| Baixa  | ` -                         | 660                        | -        | Ì8Í    | -        | -                          | <b>84</b> 1  |
| Saldo em 31/12/2020                                  | (2.898)                     |                            |          | (237)  |          | (856)                      | (3.991)      |
|  |                             |                            |          |        |          |                            | _            |
| Imobilizado líquido em 31/12/2019                    | 3.871                       | 73                         | -        | 139    | 522      | 7.017                      | 11.622       |
| Imobilizado líquido em 31/12/2020                    | 3.609                       | 9                          | -        | 74     | 522      | 6.959                      | 11.173       |

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de Reais)

|                                     |                             |                            |          |         |          |                            | Consolidado |
|-------------------------------------|-----------------------------|----------------------------|----------|---------|----------|----------------------------|-------------|
| Descrição                           | Edifícios e<br>benfeitorias | Máquinas e<br>equipamentos | Veículos | Outros  | Terrenos | Reavaliação<br>de terrenos | Total       |
| Custo:                              |                             |                            |          |         |          |                            |             |
| Saldo em 31/12/2018                 | 6.566                       | 19.941                     | 13.033   | 7.794   | 522      | 7.815                      | 55.671      |
| Adições                             |                             | -                          |          |         | 3.851    | -                          | 3.851       |
| Baixas                              | -                           | (3.900)                    | (821)    | (374)   | (3.851)  | -                          | (8.946)     |
| Transferência                       | <del>-</del> _              | -                          |          |         |          |                            | -           |
| Saldo em 31/12/2019                 | 6.566                       | 16.041                     | 12.212   | 7.420   | 522      | 7.815                      | 50.576      |
| Transferência                       | -                           | 91                         | (91)     | -       | -        | -                          | -           |
| Baixa                               |                             | (9.092)                    | (1.778)  | (3.606) |          |                            | (14.476)    |
| Saldo em 31/12/2020                 | 6.566                       | 7.040                      | 10.343   | 3.814   | 522      | 7.815                      | 36.100      |
| Depreciação acumulada:              |                             |                            |          |         |          |                            |             |
| Percentual de depreciação / ano     | 4%                          | 10%                        | 10%      | 10%     |          |                            |             |
| Saldo em 31/12/2018                 | (2.427)                     | (15.691)                   | (8.834)  | (5.894) | -        | (739)                      | (33.585)    |
| Despesa de depreciação no exercício | (261)                       | (899)                      | (945)    | (464)   |          | (59)                       | (2.628)     |
| Baixas                              | ` <u>-</u>                  | 2.786                      | 621      | 323     | -        | ` -                        | 3.730       |
| Saldo em 31/12/2019                 | (2.688)                     | (13.804)                   | (9.158)  | (6.035) |          | (798)                      | (32.483)    |
| Despesa de depreciação no exercício | (263)                       | (351)                      | (400)    | (382)   | -        | (58)                       | (1.454)     |
| Baixas                              | ` <u>-</u>                  | 7.684                      | 1.267    | 3.230   | -        | ` -                        | 12.181      |
| Saldo em 31/12/2020                 | (2.951)                     | (6.471)                    | (8.291)  | (3.187) |          | (856)                      | (21.756)    |
| Imobilizado líquido em 31/12/2019   | 3,878                       | 2,237                      | 3.054    | 1,385   | 522      | 7.017                      | 18.093      |
| Imobilizado líquido em 31/12/2020   | 3.615                       | 569                        | 2.052    | 627     | 522      | 6.959                      | 14.344      |

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de Reais)

# 13. Intangível

|           |                  | Consolidado |             |         |         |  |
|-----------|------------------|-------------|-------------|---------|---------|--|
|           | Taxa anual de    |             | 31/12/2019  |         |         |  |
|           | amortização<br>% | Custo       | Amortização | Líquido | Líquido |  |
| Softwares | 20               | 1.890       | (1.868)     | 22      | 101     |  |
| Total     |                  | 1.890       | (1.868)     | 22      | 101     |  |

A movimentação do saldo dos intangíveis ocorrida no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 está demonstrada abaixo:

|                           | Consolidado |         |         |            |  |
|---------------------------|-------------|---------|---------|------------|--|
|                           | 31/12/2019  | Adições | Baixas  | 31/12/2020 |  |
| Softwares                 | 3.505       | -       | (1.615) | 1.890      |  |
| (-) Amortização acumulada | (3.404)     | (76)    | 1.612   | (1.868)    |  |
| Total                     | 101         | (76)    | (3)     | 22         |  |

# 14. Transações com partes relacionadas

Trata-se substancialmente de empréstimos e adiantamentos financeiros mantidos entre a Controladora e suas subsidiárias para liquidação de passivos e manutenção do caixa administrativo ou transações com acionistas.

As transações com partes relacionadas, respeitando as condições de mercado, estão divulgadas abaixo:

# (a) Transações entre partes relacionadas reconhecidos no ativo e no passivo

|  | Controladora |            | Consolidado |            |
|--|--------------|------------|-------------|------------|
|  | 31/12/2020   | 31/12/2019 | 31/12/2020  | 31/12/2019 |
| Outras contas a receber (Nota 10)  |              |            |             |            |
| Azevedo & Travassos Engenharia Ltda.                                       | 33.475       | 2.019      | -           | -          |
| Azevedo & Travassos Infraestrutura Ltda.                                   | 727          |            |             |            |
|  | 34.202       | 2.019      |             |            |
| Outras contas a pagar (Nota 19)  |              |            |             |            |
| Azevedo & Travassos Desenvolvimento<br>Imobiliário - Projeto III SPE Ltda. | -            | (3.579)    | -           | -          |
| Azevedo & Travassos Infraestrutura Ltda.                                   | -            | (870)      | -           | -          |
| Consórcio Água Paraopeba   | -            | •          | -           | (144)      |
|  | -            | (4.449)    | -           | (144)      |
| Mútuos financeiros passivos com acionistas<br>(Nota 17)                    |              |            |             |            |
| Acionistas controladores   | (6.582)      | (821)      | (7.040)     | (821)      |
| Acionistas não controladores   | (1.675)      |            | (2.290)     | (3.798)    |
|  | (8.257)      | (821)      | (9.330)     | (4.619)    |
|  | 25.945       | (3.251)    | (9.330)     | (4.763)    |

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de Reais)

# (b) Transações entre partes relacionadas com efeito no resultado

Com base nas transações existentes não existiram impactos no resultado do ano de 2020 e 2019, bem como não se espera perdas com relação aos saldos em aberto.

# (c) Remuneração da Administração

Em 31 de dezembro de 2020, as despesas com a remuneração do pessoal-chave da Administração, o que inclui o Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretoria Executiva, reconhecidas no resultado do período, totalizam R\$623 (R\$826 em 2019).

#### 15. Empréstimos e financiamentos

|                   |                |                    | Consolidado |            |  |
|-------------------|----------------|--------------------|-------------|------------|--|
| Moeda nacional    | Encargos       | Vencimentos        | 31/12/2020  | 31/12/2019 |  |
| Capital de giro   | CDI + 3,90% AA | 2018 a 09/2024     | 22.696      | 33.633     |  |
| Finame            | 9% a.a.        | 01/2018 a 03/2019  | -           | 68         |  |
| Financiamento CDC | 1,15% a.m.     | 01/2018 as 04/2019 | -           | 326        |  |
| FIDC              | 1% a.m.        | 07/2020 a 12/2020  | -           | -          |  |
| Total             |                |                    | 22.696      | 34.027     |  |
|                   |                |                    |             |            |  |
| Circulante        |                |                    | 22.696      | 34.027     |  |

Os empréstimos estão garantidos por notas promissórias mais aval dos diretores, direitos creditórios, alienação fiduciária dos bens e imóveis correspondentes aos lotes 3, 4 e 5 da ATI (Banco do Brasil).

Os empréstimos do Grupo estão em fase de cobranças judiciais e estão sendo atualizados de acordo com as expectativas de perdas dos processos, com base na opinião de seus assessores legais e de maneira anual.

### Cláusulas contratuais restritivas (covenants)

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia não possui cláusulas restritivas (covenants) vinculadas a índices financeiros.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de Reais)

#### 16. Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia possui na rubrica de fornecedores o montante de R\$5.140 e R\$19.251 nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, respectivamente (R\$7.443 e R\$29.673 em 31 de dezembro de 2019).

O saldo de fornecedores é composto por fornecedores nacionais, principalmente, de materiais de consumo e locações para utilização nas execuções das obras.

A Companhia está gerenciando seu passivo para com fornecedores, tomando todas as medidas administrativas e judiciais cabíveis, sempre em consideração dos interesses da Companhia e de seus acionistas e o cronograma de amortização da dívida está descrito abaixo:

|                                | Contro     | ladora     | Consolidado |            |
|--------------------------------|------------|------------|-------------|------------|
|                                | 31/12/2020 | 31/12/2019 | 31/12/2020  | 31/12/2019 |
| A vencer                       |            | -          |             | 7          |
| Vencidos                       |            |            |             |            |
| Vencidos de 1 a 180 dias       | 372        | 181        | 522         | 1.041      |
| Vencidos de 181 a 365 dias     | 471        | 262        | 503         | 1.186      |
| Vencidos de 1 a 2 anos         | 167        | 5.895      | 2.096       | 14.843     |
| Vencidos de 2 a 3 anos         | 3.351      | 675        | 7.391       | 7.746      |
| Acima 3 anos                   | 779        | 430        | 8.739       | 4.850      |
| Total dos fornecedores a pagar | 5.140      | 7.443      | 19.251      | 29.673     |

# 17. Salários, provisões para férias e encargos sociais

|  | Control         | adora         | Consolidado      |                 |
|--|-----------------|---------------|------------------|-----------------|
|  | 31/12/2020      | 31/12/2019    | 31/12/2020       | 31/12/2019      |
| Salários, férias, 13º salário e<br>quitações a pagar | 1.818           | 8.251         | 14.635           | 31.768          |
| Provisão para férias                                 | 166             | 186           | 1.165            | 1.319           |
| Encargos sociais (i)                                 | 7.423           | 6.318         | 30.391           | 26.048          |
| Acordos trabalhistas (ii)                            | 11.469          | -             | 52.403           | -               |
|  | 20.876          | 14.755        | 98.594           | 59.135          |
| Circulante<br>Não circulante                         | 9.264<br>11.612 | 13.792<br>963 | 44.733<br>53.861 | 56.859<br>2.276 |

- (i) Referem-se basicamente aos adicionais de 10% do FGTS que estão sendo discutidos em juízo. Tais processos possuem depósitos judiciais.
- (ii) Trata-se dos acordos trabalhistas firmados durante o exercício (vide Nota Explicativa 27.2, 27.3 e 27.4)

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de Reais)

# 18. Obrigações tributárias - REFIS, PERT e outros impostos

#### 18.1. REFIS Federal - Lei nº 9.964/2000

A Companhia optou pela inclusão de seus débitos fiscais consolidados no Programa de Recuperação Fiscal ("REFIS"), instituído pela Lei nº 9.964/2000 que prevê a liquidação do débito parcelado à razão de 1,2% da receita bruta mensal apurada pelo contribuinte devedor.

A partir de junho de 2014, a Companhia, atendendo notificação da Receita Federal, adequou as parcelas da dívida, de tal modo que o prazo para quitação do débito não ultrapassasse 50 anos desde sua adesão ao programa. Deste modo, o prazo máximo ficou estabelecido para 28 de fevereiro de 2050. O valor da parcela está sendo calculado, a partir de 31 de dezembro de 2014, dividindo-se o saldo do extrato da dívida, incluindo a TJLP do mês, pelo número de parcelas faltantes para o prazo final.

Face ao atraso de pagamento de parcelas e com a possibilidade de a Companhia vir, eventualmente, ser excluída deste programa de acordo com o art. 5°, inciso II, da Lei n° 9.964/2000, a Companhia apresentou um manifesto de inconformidade e obteve a decisão favorável proferida pela Procuradoria da Fazenda Nacional (PGFN), que reincluiu a Companhia no programa.

A Administração verificou que o saldo atualizado e remanescente da dívida totalizava o montante de R\$47.388 (R\$46.930 em 2019), e encontra-se adimplente com os pagamentos sendo o cronograma de amortização da dívida de curto e longo está descrito abaixo:

|                              |                         | Consolidado |         |  |
|------------------------------|-------------------------|-------------|---------|--|
|                              | Vencimento das parcelas | Valor total | %       |  |
| Total passivo circulante     | 2021                    | 2.148       | 4,53%   |  |
|                              | 2022                    | 1.608       | 3,39%   |  |
|                              | 2023                    | 1.608       | 3,39%   |  |
|                              | 2024                    | 1.608       | 3,39%   |  |
|                              | A partir de 2025        | 40.416      | 85,29%  |  |
| Total passivo não circulante |                         | 45.240      | 95,47%  |  |
| Total                        |                         | 47.388      | 100,00% |  |

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de Reais)

# 18.2. Outros impostos e PERT - Lei nº 13.496/2017

Conforme a Medida Provisória nº 783, de 31 de maio de 2017, posteriormente convertida na Lei nº 13.496/2017, e regulado pela Portaria PGFN nº 690, de 29 de junho de 2017, foi criado o Programa Especial de Regularização Tributária (PERT) que instituiu o parcelamento diferenciado para o pagamento de dívidas fiscais federais e previdenciárias vencidas até abril de 2017.

Em 11 de agosto de 2017 a controlada ATE fez a primeira adesão, e em 14 de novembro de 2017 foi feita nova adesão que incorporou a anterior e incluiu, principalmente, débitos relativos a imposto de renda fonte, PIS, COFINS, INSS desoneração e INSS folha.

A controlada ATE, por não cumprir as cláusulas estabelecidas na Lei nº 13.496/2017, não teve seu pedido de parcelamento homologado pela Receita Federal do Brasil, e por esse motivo o saldo devedor do passivo não circulante foi transferido para o passivo circulante e em suas respectivas rubricas, e a seguir, estão demonstrados os saldos dos passivos tributários por natureza:

|                            | Contro     | oladora    | Consolidado |            |
|----------------------------|------------|------------|-------------|------------|
|                            | 31/12/2020 | 31/12/2019 | 31/12/2020  | 31/12/2019 |
| PERT - Lei n.º 13.496/2017 |            |            |             |            |
| INSS a recolher            | -          | -          | _           | 14.526     |
| PIS e COFINS a recolher    | -          | -          | -           | 8.260      |
| Impostos retidos na fonte  | -          | -          | -           | 4.561      |
| Encargos e outros          | -          | -          | -           | 9.649      |
|                            |            |            |             | 36.996     |
| Outros impostos            |            |            |             |            |
| ICMS a recolher            | -          | -          | 38          | -          |
| ISS a recolher             | 2.532      | 1.772      | 6.959       | 5.504      |
| INSS                       | 2.771      | 2.520      | 23.783      | 6.914      |
| Impostos retidos na fonte  | 2.326      | 2.313      | 16.957      | 9.754      |
| PIS e COFINS a recolher    | 2.174      | 1.948      | 13.488      | 2.205      |
| IRPJ e CSLL a recolher     | 432        | 356        | 1.256       | 356        |
| Outros                     | 2.854      | 2.240      | 2.385       | 1.780      |
|                            | 13.089     | 11.149     | 64.866      | 26.513     |
|                            | 13.089     | 11.149     | 64.866      | 63.509     |
|                            |            |            |             |            |
| Circulante                 | 13.089     | 11.149     | 64.836      | 63.509     |
| Não circulante             | -          | -          | 30          | -          |

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de Reais)

#### 19. Outras contas a pagar

|   | Contro                         | ladora                            | Consolidado                         |  |  |
|---|--------------------------------|-----------------------------------|-------------------------------------|--|--|
|   | 31/12/2020                     | 31/12/2019                        | 31/12/2020                          | 31/12/2019                               |  |
| Seguros a pagar<br>Partes relacionadas (Nota 14)<br>Acordos judiciais <sup>(i)</sup><br>Provisões diversas<br>Outras contas a pagar | 828<br>8.257<br>-<br>87<br>742 | 33<br>5.270<br>939<br>89<br>1.878 | 2.011<br>9.330<br>-<br>940<br>3.991 | 363<br>4.763<br>20.107<br>1.533<br>3.299 |  |
|   | 9.914                          | 8.209                             | 16.272                              | 30.065                                   |  |
| Circulante<br>Não circulante  | 1.616<br>8.298                 | 3.760<br>4.449                    | 3.987<br>12.285                     | 30.065                                   |  |

<sup>(</sup>i) Os saldos de acordos judiciais foram reclassificados para o grupo de salários de acordo com as suas naturezas (Nota Explicativa 17).

# 20. Provisão para contingências - Ações trabalhistas, fiscais e cíveis

A Companhia e suas controladas são parte em processos trabalhistas e cíveis em andamento na esfera judicial, e processos tributários em andamento nas esferas judicial e administrava. As provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Com suporte da opinião de seus assessores jurídicos, foram constituídas provisões para cobertura das prováveis perdas relacionadas a essas demandas, conforme demonstrado abaixo:

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de Reais)

|                     | Controladora           |                       |                  |       |  |
|---------------------|------------------------|-----------------------|------------------|-------|--|
|                     | Causas<br>trabalhistas | Causas<br>tributárias | Causas<br>cíveis | Total |  |
| Saldo em 31/12/2018 | 1.284                  | 445                   | 579              | 2.308 |  |
| Adições/(reversões) | 2.124                  | (217)                 | 490              | 2.397 |  |
| Saldo em 31/12/2019 | 3.408                  | 228                   | 1.069            | 4.705 |  |
| Adições/(reversões) | (2.023)                | 1.384                 | 965              | 326   |  |
| Saldo em 31/12/2020 | 1.385                  | 1.612                 | 2.034            | 5.031 |  |

|                     | Consolidado            |                       |                  |         |  |  |
|---------------------|------------------------|-----------------------|------------------|---------|--|--|
|                     | Causas<br>trabalhistas | Causas<br>tributárias | Causas<br>cíveis | Total   |  |  |
| Saldo em 31/12/2018 | 10.144                 | 1.878                 | 1.980            | 14.002  |  |  |
| Adições/(reversões) | 17.720                 | (132)                 | 2.990            | 20.578  |  |  |
| Saldo em 31/12/2019 | 27.864                 | 1.746                 | 4.970            | 34.580  |  |  |
| Adições/(reversões) | (10.106)               | 2.133                 | 3.705            | (4.268) |  |  |
| Saldo em 31/12/2020 | 17.758                 | 3.879                 | 8.675            | 30.312  |  |  |

Além dos casos classificados como prováveis, a Companhia e suas controladas possuíam outros processos, cuja probabilidade de perda é considerada pelos administradores e seus assessores jurídicos como possível, e para as quais, portanto, não são constituídas provisões.

Os valores dos processos classificados como possíveis na controladora em 31 de dezembro de 2020 são de R\$28.965 e R\$53.480 no consolidado (R\$20.430 na controladora e R\$52.032 no consolidado em 2019).

# Depósitos judiciais

Em 31 de dezembro de 2020, em razão dos processos em andamento, a Companhia e suas controladas mantinham depósitos judiciais no montante total de R\$3.930 (R\$4.049 em 31 de dezembro de 2019).

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de Reais)

# 21. Patrimônio líquido (passivo a descoberto)

### Capital social

Em 31 de dezembro de 2020, o capital social da Companhia encontra-se subscrito e integralizado no montante de R\$71.247, divididos em 6.600.000 ações ordinárias e 13.200.000 ações preferenciais, sem valor nominal, totalizando 19.800.000 ações (em 31 de dezembro de 2019 o montante subscrito e integralizado era de R\$28.047, divididos em 1.800.000 ações ordinárias, 3.600.000 ações preferenciais, sem valor nominal, totalizando 5.400.000 ações).

Em Reunião do Conselho de Administração realizada na data 23 de dezembro de 2020, dando continuidade ao Fato Relevante e Aviso aos Acionistas realizado no dia 19 de outubro de 2020, e ao Comunicado ao Mercado realizado em 9 de dezembro de 2020, o Conselho de Administração da Companhia homologou o aumento de capital social da Companhia dentro do limite autorizado.

Esse aumento de capital foi integralmente subscrito e integralizado mediante a capitalização de créditos ou integralização em moeda corrente nacional, sendo que os créditos capitalizados serão destinados à redução do saldo devedor da Companhia e/ou suas subsidiárias integrais perante seus credores, diminuindo assim seu passivo e alavancagem financeira consolidada sem a necessidade de desembolso de caixa. Os valores integralizados em moeda corrente nacional vêm sendo destinados para fins corporativos gerais da Companhia, conforme recomendação da administração.

# Dividendos e juros sobre o capital próprio

Não houve distribuição de dividendos para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019. Para todas as classes de ações está previsto o pagamento de dividendo mínimo anual obrigatório de 25% do lucro líquido ajustado na forma da legislação societária.

#### Reserva legal

Deverá ser constituída em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e o Estatuto Social, na base de 5% do lucro líquido de cada exercício até atingir 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar capital.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de Reais)

# 22. Receita líquida de vendas e serviços

|                                      | Contro     | oladora    | Consolidado |            |  |
|--------------------------------------|------------|------------|-------------|------------|--|
| -                                    | 31/12/2020 | 31/12/2019 | 31/12/2020  | 31/12/2019 |  |
| Receita bruta                        |            |            |             |            |  |
| Receita bruta de produtos e serviços | 178        | 844        | 27.876      | 2.276      |  |
| · · · · · ·                          | 178        | 844        | 27.876      | 2.276      |  |
| Deduções                             |            |            |             |            |  |
| Impostos sobre as receitas           | (13)       | (158)      | (2.340)     | (481)      |  |
| Cancelamentos e abatimento           | • -        | -          | · · · · •   | (42)       |  |
| -                                    | (13)       | (158)      | (2.340)     | (523)      |  |
| Receita líquida                      | 165        | 686        | 25.536      | 1.753      |  |

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de Reais)

(35)

2.963

(23.908)

# 23. Gastos por natureza

Revenda

imobilizado Provisão REFIS

Outras despesas

Acordos trabalhistas (i)

Ganho/(Perda) na alienação do ativo

|   |          |                                      |                                       | Control    | ladora     |                                      |                               |          |
|---|----------|--------------------------------------|---------------------------------------|------------|------------|--------------------------------------|-------------------------------|----------|
|   | -        | 31/12/                               | 2020                                  | 100        | 31/12/2019 |                                      |                               |          |
|   | Custos   | Despesas gerais e<br>administrativas | Outras receitas<br>e despesas         | Total      | Custos     | Despesas gerais e<br>administrativas | Outras receitas<br>e despesas | Total    |
| Salários e encargos                             | (9)      | (1.163)                              | -                                     | (1.172)    | (42)       | (2.156)                              | -                             | (2.198)  |
| Serviços contratados de terceiros               | (5)      | (2.689)                              | -                                     | (2.694)    | (186)      | (1.211)                              | =                             | (1.397)  |
| Provisão para obrigações legais                 | -        | -                                    | (326)                                 | (326)      | =          | -<br>-                               | (2.397)                       | (2.397)  |
| Revenda   | -        | -                                    | · · · · · · · · · · · · · · · · · · · | -          | (204)      | -                                    | =                             | (204)    |
| Provisão REFIS                                  | -        | -                                    | -                                     | -          | -          | -                                    | 8.219                         | 8.219    |
| Ganho/(Perda) na alienação do ativo imobilizado | -        | -                                    | (11)                                  | (11)       | -          | -                                    | 5.984                         | 5.984    |
| Materiais                                       | (16)     | -                                    | -                                     | (16)       | =          | -                                    | -                             | -        |
| Acordos trabalhistas (i)                        | • -      | -                                    | (5.603)                               | (5.603)    | =          | -                                    | -                             | -        |
| Outras despesas                                 | -        | (1.429)                              | -                                     | (1.429)    | (1.014)    | (118)                                | 745                           | (387)    |
|   | (30)     | (5.281)                              | (5.940)                               | (11.251)   | (1.446)    | (3.485)                              | 12.551                        | 7.620    |
|   |          |                                      |                                       | Consol     | idado      |                                      |                               |          |
|   |          | 31/12/2020                           |                                       | 31/12/2019 |            |                                      |                               |          |
|   | Custos   | Despesas gerais e<br>administrativas | Outras receitas<br>e despesas         | Total      | Custos     | Despesas gerais e<br>administrativas | Outras receitas<br>e despesas | Total    |
| Provisão para obrigações legais                 | -        | -                                    | 4.268                                 | 4.268      | -          | -                                    | (20.578)                      | (20.578) |
| Salários e encargos                             | (16.430) | 2.563                                | =                                     | (13.867)   | (2.771)    | (3.101)                              | -<br>-                        | (5.872)  |
| Serviços contratados de terceiros               | (2.855)  | (5.343)                              | -                                     | (8.198)    | (1.279)    | (1.727)                              | -                             | (3.006)  |
| Outras provisões e despesas                     | -        | 342                                  | 1.862                                 | 2.204      | -          | -                                    | (2.182)                       | (2.182)  |
| Materiais                                       | (7.551)  | -                                    | -                                     | (7.551)    | (642)      | -                                    | -                             | (642)    |
| Processos judiciais                             | -        | -                                    | -                                     | -          | -          | -                                    | (1.070)                       | (1.070)  |

(3.733)

(6.171)

2.614

(23.538)

(14.794)

(35)

2.614

(770)

(23.538)

(44.873)

(129)

(3.909)

(8.730)

(129)

5.984

8.219

(2.920)

(22.196)

5.984

8.219

1.742

(7.885)

(753)

(5.581)

<sup>(</sup>i) Trata-se dos valores relativos aos custos dos acordos relativos ao Plano de Liquidação Planejada de Execuções Trabalhistas (PPLE) e Sindicato dos Trabalhadores na Construção Civil de Simões Filho/BA.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de Reais)

# 24. Receitas e (despesas) financeiras

|  | Contro     | ladora     | Consolidado |                    |  |
|--|------------|------------|-------------|--------------------|--|
|  | 31/12/2020 | 31/12/2019 | 31/12/2020  | 31/12/2019         |  |
| Receitas financeiras<br>Descontos obtidos  | <u>.</u>   | <u> </u>   | 16<br>16    | 25<br>25           |  |
| Despesas financeiras<br>Encargos de empréstimos e<br>financiamentos<br>Juros passivos (tributos, fornecedores e<br>outros) | (5.181)    | (2.823)    | (10.738)    | (6.790)<br>(7.177) |  |
|  | (5.181)    | (2.823)    | (16.756)    | (13.967)           |  |
| Resultado financeiro líquido   | (5.181)    | (2.823)    | (16.740)    | (13.942)           |  |

# 25. Imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa de imposto de renda e da contribuição social, calculados pela aplicação das alíquotas vigentes e os valores refletidos no resultado dos períodos encerrados em 31 de dezembro de 2020 e 2019 estão demonstrados a seguir:

|  | Controladora |            | Consolidado |            |
|--|--------------|------------|-------------|------------|
|  | 31/12/2020   | 31/12/2019 | 31/12/2020  | 31/12/2019 |
| Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social      | (36.869)     | (35.428)   | (36.707)    | (35.325)   |
| Alíquotas nominais   | 34%          | 34%        | 34%         | 34%        |
| IRPJ e CSLL calculados às alíquotas nominais                     | 12.535       | 12.046     | 12.480      | 12.011     |
| Itens de conciliação para determinação da taxa efetiva:          |              |            |             |            |
| Resultado de equivalência patrimonial                            | (6.793)      | (13.629)   | -           | (39)       |
| Despesas não dedutíveis  | (111)        | 2.247      | 1.451       | (4.459)    |
| Outras (adições) exclusões                                       | (5.631)      | 155_       | (14.093)    | (6.796)    |
| Imposto de renda e contribuição social apurados                  | -            | (356)      | (162)       | (458)      |
| Imposto de renda e contribuição social -                         |              | (356)      | (162)       | (458)      |
| corrente   |              | (330)      | (102)       | (430)      |
| Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício |              | (356)      | (162)       | (458)      |

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de Reais)

Os créditos e débitos tributários diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias, entre a base fiscal de ativos e passivos, e seu respectivo valor contábil, bem como para refletir os créditos fiscais decorrentes da reavaliação de ativos e, encontram-se distribuídos da seguinte forma:

|                         | Control    | adora      | Consolidado |            |  |
|-------------------------|------------|------------|-------------|------------|--|
|                         | 31/12/2020 | 31/12/2019 | 31/12/2020  | 31/12/2019 |  |
| Passivos                |            |            |             |            |  |
| Reavaliação de bens     | (3.580)    | (3.600)    | (3.580)     | (3.600)    |  |
| Passivo fiscal diferido | (3.580)    | (3.600)    | (3.580)     | (3.600)    |  |

# 26. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros não derivativos. A Administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança.

A Companhia não efetuou aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela administração.

A Companhia não possui instrumentos financeiros que possam ser caracterizados por operações com derivativos, conforme Instrução CVM nº 235/95.

#### 26.1. Fatores de risco financeiro

Os principais riscos inerentes às operações da Companhia e a forma de controle e mitigação, quando aplicáveis, são assim descritos.

# Risco de taxa de juros (risco de mercado)

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando mitigar esse tipo de risco, a Companhia busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas. A Administração entende que o risco de mudanças significativas no resultado e nos fluxos de caixa é baixo, e assim justifica a não demonstração da análise de extrapolação deste risco.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de Reais)

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia não apresentou exposição relevante ao risco de taxa de juros para que fosse apresentada uma análise de sensibilidade.

# Riscos de liquidez

Risco de a Companhia não possuir recursos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. Para administrar a liquidez do caixa, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de tesouraria.

### Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. A Companhia restringe sua exposição a riscos de créditos associados a bancos e a aplicações financeiras, efetuando seus investimentos em instituições financeiras de primeira linha e com remuneração em títulos de curto prazo.

#### 27. Outras informações

# 27.1. Ações judiciais ativas

Limitação da base de cálculo das contribuições destinadas aos terceiros

Foram propostas ações em nome da Companhia e controladas objetivando a afastar a exigência das contribuições a terceiros (SESI, SENAI, SEBRAE ao INCRA e ao FNDE), em limite superior ao estabelecido pelo artigo 4°, parágrafo único, da Lei n° 6.950/81 (20 salários-mínimos vigentes). As ações ajuizadas pela ATSA tiveram concedida a medida liminar para autorizar o recolhimento das contribuições vincendas, observando o valor limite de vinte salários-mínimos. A ação ajuizada pela ATInfra foi suspensa até julgamento dos Recursos Especiais nºs 1.898.532 e 1.905.870 (Tema 1079) sob o rito dos recursos repetitivos.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

# 27.2. Deferimento de Requerimento de Liquidação Planejada de Execuções Trabalhistas

A Companhia tem honrado com os compromissos assumidos quando da homologação do PPLE, em 16 de setembro de 2020, e vêm obtendo êxito no afastamento de novos bloqueios judiciais de suas contas e recebimentos, trazendo nova tranquilidade para a condução de seus compromissos financeiros e gestão de seu fluxo de caixa. Ainda haverá uma audiência com a possibilidade de redução do total devido, sendo que neste momento, não é possível a mensuração do possível benefício patrimonial final. Em 31 de dezembro de 2020 a Companhia já havia pagado as primeiras 04 parcelas de um total de 36.

# 27.3. Acordo I - Sindicato dos Trabalhadores na Construção Civil de Simões Filho/BA

Em 29 de julho de 2020 a Companhia firmou acordo judicial com o Sindicato dos Trabalhadores na Construção Civil de Simões Filho/BA, pondo fim a 92 (noventa e duas) reclamações trabalhistas e com sucesso negociando o pagamento parcelado dessa dívida em 16 (dezesseis) parcelas mensais, em montantes condizentes com sua previsão de fluxo de caixa, afastando o risco de bloqueios judiciais com relação às mesmas. Em 31 de dezembro de 2020 a Companhia já havia pagado as primeiras 04 parcelas de um total de 16.

# 27.4. Acordo II - Sindicato dos Trabalhadores na Construção Civil de Simões Filho/BA

Em 13 de outubro de 2020 a Companhia firmou acordo judicial com o Sindicato dos Trabalhadores na Construção Civil de Simões Filho/BA, pondo fim a 173 (cento e setenta e três) reclamações trabalhistas e com sucesso negociando o pagamento parcelado dessa dívida em 20 (vinte) parcelas mensais e escalonadas, em montantes condizentes com sua previsão de fluxo de caixa, afastando o risco de bloqueios judiciais com relação às mesmas, ficando a primeira parcela programada para 10 de janeiro de 2021.

# 27.5. Mútuos com Rocket Empreendimentos e Participações S.A.

O mútuo junto à Rocket, que em 05 de outubro de 2020 foi objeto do quarto Aditamento, para aumentar a linha de crédito para R\$8.000, acabou sendo convertido em capital.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de Reais)

Adicionalmente, em 01 de dezembro de 2020, a Rocket disponibilizou à Companhia um novo mútuo até o valor de R\$5.000, sendo que até 31 de dezembro de 2020 a Companhia não solicitou qualquer valor sob o mesmo. Sobre o valor efetivamente desembolsado, incidirão encargos financeiros correspondentes à 100% da variação do CDI entre a data do desembolso e a data da liquidação a serem pagos em até 24 meses.

### 27.6. Mudança do controle final da Companhia

Conforme Fato Relevante divulgado em 19 de outubro de 2020, o acionista controlador da Azevedo & Travassos S.A., Rocket Empreendimentos e Participações S.A. sofreu alteração de sua base acionária através de aumento de Capital Social, por meio da qual a Nemesis Brasil Participações S.A. passou a deter 57,96% de seu Capital Social e votante.

#### 27.7. Efeitos da pandemia do Coronavírus nas atividades da Companhia

A Companhia segue com suas obras em andamento e seus escritórios trabalhando normalmente (parte dos colaboradores in loco e parte de "home-office"), sempre com medidas preventivas e protetivas.

Segundo apurado pela Administração, ao longo de 2020, a Companhia registrou 22 (vinte e dois) confirmações, com o respectivo afastamento, havendo somente 01 (um) caso de internação, mas sem óbito.

Em resposta ao possível impacto econômico advindo da evolução do Covid-19, a Administração obteve êxito na negociação dos necessários ajustes financeiros em seus contratos junto aos seus clientes, reequilibrando os mesmos. Adicionalmente está tomando medidas imediatas para preservar sua posição financeira, tais como: preservação do caixa, contenção de despesas e negociação de dívidas.

Apesar de até o presente momento não ser possível uma mensuração exata dos possíveis impactos do Covid-19 no ambiente econômico, a Administração entende que não foram observados impactos que pudessem modificar a mensuração dos seus ativos e passivos apresentados nas demonstrações contábeis findas em 31 de dezembro de 2020. Devido à complexidade sobre a economia global, a Companhia prosseguirá monitorando, diariamente, os impactos desta pandemia no desenvolvimento dos seus negócios.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de Reais)

#### 28. Eventos subsequentes

# Alteração Acionária do Controlador Final da Companhia

Conforme divulgado em Comunicado ao Mercado, de 05 de janeiro de 2021, a empresa Nêmesis Brasil Participações S.A., mediante negociações realizadas durante o aumento de capital homologado em 23 de dezembro de 2020, passou a deter 9,326% das ON e 24,442% das PN, equivalente a 19,404% do novo capital social.

Posteriormente, conforme divulgado em Comunicado ao Mercado, de 01 de março de 2021, a empresa Nêmesis Brasil Participações S.A., mediante negociações realizadas, passou a deter 8,084% das ON e 18,937% das PN, equivalente a 15,319% do novo capital social.

# Obtenção de Certidão Relativa a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União

Conforme divulgado em Comunicado ao Mercado de 28 de janeiro de 2021, a Companhia obteve com êxito a Certidão Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, emitida pela Receita Federa do Brasil (CND).

# Formalização de Novo Contrato de Empreitada

Conforme divulgado em Comunicado ao Mercado, de 10 de fevereiro de 2021, a Companhia celebrou contrato de empreitada com Nari Brasil Holding Ltda., no montante total de R\$9.732.

# <u>Apresentação de Carta Proposta para Aquisição de uma Unidade</u> Produtiva Isolada - UPI

Conforme divulgado em Fato Relevante, de 15 de fevereiro de 2021, a Companhia assinou Carta Proposta através da qual se dispõe a apresentar uma proposta-âncora (*stalking horse*) para a aquisição de uma Unidade Produtiva Isolada-UPI no âmbito do processo de recuperação judicial da UTC Participações S.A., composta pela empresa Heftos Óleo e Gás Construções S.A. e ativos a ela relacionados.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

# Estudos Preliminares Relativos ao potencial Aumento de Capital

Conforme divulgado em Fato Relevante, de 22 de fevereiro de 2021, a Companhia comunicou que está estudando, no âmbito de seu processo de capitalização, a possibilidade de realizar um novo aumento de seu capital social, mediante a subscrição privada de novas ações ordinárias e preferenciais de sua emissão, a serem integralizadas em moeda corrente nacional e por meio da capitalização de créditos.

# <u>Aumento do Capital da Azevedo & Travassos Engenharia Ltda.</u>

Como resultado do aumento de capital aprovado e homologado na Azevedo & Travassos S.A., bem como por consequência de movimentações contábeis anteriores ao exercício atual, a Companhia fechou o exercício com um saldo intercompany de R\$33.475 (trinta e três milhões e quatrocentos e setenta e cinco mil reais) em aberto com a sua subsidiária Azevedo & Travassos Engenharia Ltda.

Desta forma, em março de 2021, foi realizado um aumento de capital de R\$34.500.000,00 (trinta e quatro milhões e quinhentos mil de reais) da Azevedo & Travassos S.A. na Azevedo & Travassos Engenharia Ltda., aumentando seu capital social de R\$16.410.500,00 (dezesseis milhões, quatrocentos e dez mil e quinhentos reais) para R\$50.910.500,00 (cinquenta milhões, novecentos e dez mil e quinhentos reais).

#### Venda da Azevedo & Travassos Engenharia Ltda.

Conforme divulgado ao mercado via Fato Relevante em 25/03/2021, a Companhia celebrou um Contrato de Compra e Venda de Quotas e Outras Avenças, por meio do qual alienou a totalidade de sua participação societária detida na Azevedo & Travassos Engenharia Ltda (ATE).

Uma vez que as atividades operacionais da ATE estavam suspensas desde 2018, a alienação desta subsidiária não impacta o desenvolvimento das operações da Companhia e de sua outra subsidiária, Azevedo & Travassos Infraestrutura Ltda., que continuará desempenhando suas atividades operacionais normalmente.

A venda da ATE, ora consolidada, permitirá à Companhia anular o impacto negativo da consolidação de seu resultado na Companhia.

O Comprador garantiu que possui plena capacidade para celebrar a aquisição da ATE, assim como possui recursos suficientes para cumprir com todas suas obrigações financeiras assumidas em contrato, especialmente a obrigação de manter a Companhia indene de passivos da ATE não assumidos pela Companhia.